AVANÇOS E FRUSTRAÇÕES

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

OS AVANÇOS da reforma previdenciária no Congresso Nacional representaram um importante avanço para a economia brasileira em 2019. De fato, o déficit do sistema previdenciário cresceu enormemente ao longo dos últimos anos, e as projeções apontam para um resultado negativo no INSS da ordem de R$ 190 bilhões em 2019. É importante ressaltar que esse déficit incorpora apenas o sistema previdenciário do setor privado. Se o resultado do sistema previdenciário público fosse incorporado a esse número, o déficit seria consideravelmente maior.

A gestão inadequada do sistema ao longo das últimas décadas, aliada à ausência de reformas de maior envergadura, levou ao atual quadro deteriorado do sistema previdenciário brasileiro. As perspectivas são ainda mais sombrias se considerarmos as mudanças demográficas pelas quais o País passa: a população brasileira está rapidamente envelhecendo em um contexto de acentuada queda da taxa de natalidade. Em outras palavras, o futuro desenha-se num quadro em que haverá cada vez mais aposentados em relação à população ativa no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a tendência do déficit do sistema previdenciário é de crescimento acelerado, sorvendo cada vez mais recursos do Governo. Nesse cenário, o setor público brasileiro terá cada vez menos capacidade de realizar investimentos em áreas essenciais para o País.

Por conta disso, a reforma da previdência se mostra essencial em um contexto de franca deterioração das contas do sistema. Em alguns anos, caso nada seja feito, a gravidade das contas públicas colocará em xeque a questão da sustentabilidade da dívida pública, aumentando consideravelmente o risco de calote desta.

A aprovação da reforma reduziu consideravelmente o risco de insolvência fiscal, e a percepção quanto às perspectivas das contas públicas brasileiras melhorou a partir disso.

No entanto, diferentemente do que muitos economistas supunham inicialmente, a aprovação da reforma, por si só, não se traduziu em uma imediata recuperação da economia brasileira.

Curiosamente, em fins de 2018, consolidou-se, em boa parte dos economistas, a percepção de que, a partir da aprovação da reforma da previdência, a retomada da economia brasileira seria mais robusta. Boa parte da fundamentação dessa lógica adivinha da aposta que essa aprovação geraria um impacto positivo sobre as expectativas dos agentes econômicos.

Nesse sentido, os avanços da reforma no âmbito do Congresso melhorariam o humor dos investidores acerca da economia brasileira, levando a um aumento dos investimentos produtivos no País. Em paralelo a isso, a aprovação da reforma teria impacto positivo sobre a confiança das famílias, gerando impacto sobre o consumo. Em síntese, segundo essa lógica, os avanços da reforma previdenciária levariam a uma melhoria das expectativas, o que se materializaria em um aumento do consumo e dos investimentos. Nessa dinâmica, haveria crescimento da produção e do emprego.

Contudo, a realidade dos fatos, até o momento, mostrou-se bem diferente desse quadro: está cada vez mais evidente que a economia brasileira não está se recuperando, e as perspectivas de crescimento econômico para 2019 são pífias.

Esse fenômeno revela contornos mais complexos que apenas aqueles relativos às expectativas dos agentes econômicos. Ainda que a aprovação da reforma da previdência tenha gerado impactos positivos nesse sentido, a sua capacidade em termos de estimular a economia brasileira tem se mostrado relativamente limitada.

De fato, esse ponto soma-se ao fato de que a taxa de juros Selic se situa no seu menor patamar desde que o real foi implementado, em junho de 1994, e que a economia esboça pouca ou nenhuma reação a esse fenômeno.

Essas evidências apontam para a direção de que a problemática é mais complexa do que aquela esboçada à primeira vista. A demanda do setor privado, apesar da melhoria nas condições de crédito e do impacto positivo da aprovação da reforma da previdência, não dá sinais de uma reação mais robusta.

Tudo indica que o grau de endividamento dos agentes privados, a despeito da sua queda recente, ainda é elevado, o que limita consideravelmente suas capacidades de consumo e investimento. ■